GESTÃO ESCOLAR E APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO ENSINO DESENVOLVIMENTAL

Simonia Peres da Silva, José Carlos Libâneo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

Introdução

As diferentes concepções pedagógicas que fundamentam as teorias da aprendizagem apresentam um aspecto comum, o entendimento que as escolas precisam dos instrumentos de gestão como meios para alcançar as finalidades educativas. Entretanto, é possível identificar abordagens contraditórias e divergentes em relação a função da escola e na forma de pensar, planejar e efetivar a organização e gestão dos sistemas de ensino. Neste estudo, assume-se que a organização e gestão escolar são atividades genéricas do ser humano, que estão em constantes alterações, definindo um movimento de idas e vindas, de avanços e recuos, de centralização e descentralização. Essas práticas podem ser percebidas como sistemas de atividades específicas construídas e desenvolvidas socialmente. Surgiu em decorrência da necessidade de utilizar racionalmente os recursos e esforços, a fim de obter melhores meios para realizar a função nuclear da educação, a transmissão do saber historicamente acumulado por meio do processo sistematizado de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, cabe questionar quais os efeitos das formas de organizar e gerir uma escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos? Busca-se com este artigo desenvolver uma pesquisa bibliográfica com a pretensão de aprofundar a análise dessa questão, tendo como ponto de partida a compreensão que a função essencial da escola é a formação cultural e científica dos sujeitos, pela qual se promove o desenvolvimento mental e a formação da consciência humana, que são viabilizadas por meio da organização e gestão do trabalho escolar. Importa levantar elementos que permitam analisar criticamente as formas de organização e gestão escolar no Brasil, buscando compreender a relação entre o desenvolvimento das práticas de gestão escolar e sua articulação com a realização dos objetivos da escola de promover a aprendizagem dos alunos.

Métodos, procedimentos e materiais

Com base nos trabalhos Vygotsky e Leontiev, Davídov escreve que os processos psicológicos superiores são construídos a partir das interações com os meios físico e social, interações essas mediadas por instrumentos, signos e pelos outros seres humanos. Nesse processo, o indivíduo vai se apropriando do conteúdo da cultura historicamente acumulada e também das atividades cognitivas que lhes correspondem, dando forma aos processos psicológicos. Com base nesta compreensão, formulou uma tese fundamental para a educação e o processo ensino e aprendizagem, a de que o “desenvolvimento mental da criança é mediado pela sua educação e ensino” (DAVÍDOV, 1988, p.34). Ao apropriar dos conteúdos por meio da “atividade adequada à atividade humana historicamente encarnada”, ou seja, a atividade de aprendizagem, os estudantes reproduzem o conhecimento e habilidades correspondentes aos fundamentos daquelas formas de consciência social, assim como as capacidades construídas e transmitidas entre gerações, que estão na base da consciência e no pensamento teórico. Assim compreendida, a atividade de aprendizagem “determina o surgimento das principais formações psicológicas básicas de uma faixa etária, define o desenvolvimento mental geral das crianças em idade escolar e, também, o desenvolvimento de sua personalidade”. Davídov (1988), não despreza os elementos socioculturais no processo de desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Ao contrário, valoriza a inter-relação da aprendizagem formal com outros tipos de atividades (lúdica, jogos, filmes, revistas, atividades lúdicas, o trabalho, etc.), formando uma base psicológica única do ensino e da educação. No entanto, diferencia a atividade de aprendizagem formalmente sistematizada dos outros tipos de atividade. Em outras palavras, para produzir o desenvolvimento mental a atividade escolar requer conteúdo e estrutura especial, diferente das outras atividades que os escolares realizam no contexto social. Em função dessa concepção, Davídov propõe que a atividade de aprendizagem seja organizada de forma semelhante ao método de exposição do conhecimento científico segundo o movimento dialético de ascensão do abstrato ao concreto, por meio das abstrações, generalizações e conceitos teóricos. O pensamento teórico e a consciência se formam pela atividade de aprendizagem, através da apropriação dos conteúdos e conhecimentos teóricos construídos historicamente e socialmente. Mas, os alunos devem ser direcionados, no processo de ensino, a percorrer teoricamente o mesmo caminho que o cientista fez para chegar às conclusões científicas, apresentando não apenas os resultados finalísticos dos conteúdos, mas também a historicidade e contradição dos objetos estudados (SILVA, 2006).

Resultados e discussão

No Brasil, a partir da década de 1980, o país passou a viver um período de redemocratização e de recuperação de suas bases federativas, influenciando positivamente o movimento de democratização dos sistemas de ensino e, em certa medida, a democratização das relações que envolvem a organização e o funcionamento das escolas públicas. Constatam-se alguns avanços nas práticas de gestão escolar,

especialmente nas escolas públicas de educação básica, no sentido de implantar instrumentos que promovam a partilha de poder e a maior participação da comunidade na gestão dessas escolas. A Constituição Brasileira em 1988 reconheceu no Artigo 205, Inciso VI, a necessidade do compartilhamento de poder na administração das escolas ao estabelecer como um dos princípios norteadores da educação nacional “a gestão democrática do ensino público, na forma de lei”. O texto constitucional consubstancia a necessidade e obrigatoriedade da criação de mecanismos que viabilize a polarização de ideias e a participação da comunidade próxima à escola, com a finalidade de garantir o direito dos alunos de, por meio da aprendizagem, desenvolver suas potencialidades, seus processos cognitivos, físicos e afetivos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, acolheu os dispositivos constitucionais de descentralização e gestão democrática do sistema educacional brasileiro. O Artigo 15 garante “as unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”, mas não especifica como irá ocorrer a materialização dessa política pública. O documento deixa a cargo dos sistemas de ensino a elaboração da regulamentação de como se dará a participação da comunidade escolar (professores, agentes administrativos, alunos e pais) nas decisões da escola. Esse reconhecimento da necessidade de organização democrática do ensino público, após a promulgação da constituinte e da LDBN nº 9394/96, vem provocado o reordenamento das práticas de gestão correntes no sistema de ensino na educação básica. Paro (2002) afirma que essa democratização não ocorreu na universalização do acesso à escola básica, mas nas relações que envolvem a organização e o funcionamento da instituição escolar. Essas ações vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas a organização e gestão da escola com vistas à realização de suas finalidades. Espera-se com a adoção da gestão democrática, que as pessoas possam ter possibilidades concretas de participar das decisões, com liberdade para debater, construir e reconstruir os processos e espaço escolar. Essa forma de gerir a escola precisa ser concebida como espaço de partilha de poder, que supere o simples ato de eleger o diretor, buscando a representação e a participação, para além da visão corrente do senso comum, que circunscreve a democracia apenas em seu aspecto eleitoral. Por outro lado, a gestão democrática entendida como atividade genérica do ser humano, necessária a “utilização racional de recursos para realização dos fins pedagógicos da escola” (PARO, 1986, p.18), é essencial buscar no contexto das unidades escolares e dos sistemas de ensino a articulação entre a gestão das escolas e seus efeitos nas condições de efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Conclusão e referências

A abordagem da atividade de aprendizagem a partir da teoria do ensino desenvolvimental, possibilita perceber uma relação intrínseca entre a gestão do trabalho na escola e a aprendizagem dos alunos. Isso porque as atividades de aprendizagem deverão ser organizadas metodologicamente, também se submetendo à lógica dos conteúdos científicos. Em outras palavras, o aluno deve realizar procedimentos e operações mentais semelhantes ao método de exposição do conhecimento científico – “atividade adequada à atividade humana historicamente encarnada” - percorrendo resumidamente e teoricamente o caminho (processo) que o cientista fez para chegar às conclusões científicas, o que pressupõe algumas condições nucleares no processo de ensino e aprendizagem, viabilizados por meio da gestão escolar. Com esses pressupostos Davídov (1988, p.47-48) formulou alguns princípios básicos que devem direcionar a atividade de aprendizagem: a) os alunos, com a ajuda do professor, descobrem nos conteúdos a relação geral e universal do objeto estudado e constroem nessa base, as relações de generalização substantiva sobre determinado assunto; b) assim é definindo o “núcleo” conceitual desse conteúdo, que vai servir como âncora para os processos de análise e síntese (movimento do geral para o particular e do particular para o geral) do objeto estudado. É formado o “núcleo” ou o conceito do assunto estudado, que servirá como um princípio geral pelo qual os estudantes podem se orientar na assimilação dos diversos conteúdos curriculares. Nessa atividade, o aluno tenta captar no objeto a relação universal que serve de fundamentação para formar o procedimento geral de solução de tarefas particulares de professor para concretizar as tarefas, mas à medida que ele passa a dominar as capacidades concernentes aos conteúdos ensinados, adquire também independência intelectual para realizá-las sozinho. Desse modo, o elemento principal no processo de ensino-aprendizagem é a transmissão, ao aluno, da experiência criadora, ou seja, cada matéria escolar deve ser organizada de forma que os alunos apreendam nas atividades e tarefas realizadas a “atividade criadora das pessoas”. Essa proposta, segundo Davídov pode ajudar a superar o formalismo dos conteúdos e métodos de ensino e assegurar aos alunos a apreensão da lógica materialista dialética, por meio da assimilação dos conteúdos científicos, que devem ser apresentados nas atividades de aprendizagem de forma que os alunos descubram a origem dos conceitos. É por isso que a organização das atividades de ensino deve estar subordinada a estes conteúdos e conhecimentos. A organização e gestão da escola, por sua vez, devem ser direcionadas tendo como base a finalidade dessas atividades de

ensino, que é de promover o desenvolvimento mental dos estudantes (SILVA, 2006). Finalmente, cabe reconhecer a relação de dependência existente entre as atividades de aprendizagem e a gestão da escola. Tais práticas são constituídas pelos conhecimentos, comportamentos, valores, crenças e modos de agir, pensar e sentir dos indivíduos, que vão formando os sistemas de atividades institucionais e sociais situadas em contextos específicos. Assim, os aspectos observados reafirmam a necessidade de construir formas de gestão pautas no diálogo e na negociação entre as partes (alunos, pais, professores, diretores, secretários, etc.), incluindo também a vontade das minorias. Entende-se que a forma de escolha dos diretores, a organização dos Conselhos Escolares e a participação da comunidade constituem instrumentos de consolidação de práticas de gestão mais democráticas e próximas da escola, que levem em conta as variáveis do próprio processo. Isso implica não só considerá-lo em seus aspectos sócio-político-econômico-culturais, mas também nos seus aspectos internos, no que diz respeito aos processos de gestão articulados com as atividades de ensino e aprendizagem.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, nº 248, 1996. CANESIN, M. T. Um protagonista em busca de interlocução: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1986. 1993. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. CHAIKLIN, S., LAVE, J. Estudiar las prácticas. Perspectivas sobre actividad y contexto. Buenos Aires: Amorrorty, 2001. DAVÍDOV, V. V. Problemas do ensino desenvolvimental: A experiência da pesquisa teórica e experimental na psicologia. (DAVÍDOV, V. V. Problems of developmental Teaching – The experience of theoretical and experimental psychological research. Soviet Education, Ago. 1988, vol. XXX, nº. 8). Tradução de José Carlos Libâneo e Raquel A. M. M. Freitas. FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: Dantos, R. S. (Org.). A Administração Política com Campo do Conhecimento. São Paulo: Ed. Mandacaru, 2004. LIBÂNEO, J. C. As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos. Revista de Educação, CEAP-Salvador (BA), 2009, jan/abr 2009. LIBÂNEO, J. C. et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2003. LOPES, V. V., SILVA, V. G. Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008). Brasília: Liber Livro, 2011. MARTINS, A. M. et al. A administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1986. _____. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Xamã, 2003. _____. Crítica da estrutura da escola. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, S. P. A formação do administrador e o modo de pensar administrativo. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2006. SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotsky. Educação e Sociedade, n.71, 2000.

Palavras-chave: gestão escolar; teoria do ensino desenvolvimental

Contato: simoniaperes@bol.com.br